

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO



**PROPOSTA TÉCNICA PARA ESTABELECIMENTO DE PARCERIA PARA O
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

MACEIÓ, ALAGOAS

2021

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao Edital nº 01/2021 – CGPAE/DIRAE/FNDE, referente à convocação para habilitação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para formação de parcerias e implementação de ações de apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), o presente documento vem apresentar a proposta técnica elaborada pela Faculdade de Nutrição (FANUT) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para habilitar essa IFES como CECANE.

Conforme estabelecido no referido Edital, a proposta técnica é parte integrante do processo de formação de parcerias para desenvolver ações de pesquisa e/ou ensino e/ou extensão no âmbito do PNAE, e deve ser fundamentada pelo histórico resumido das atividades relacionadas às áreas de interesse prioritário e afinidades potenciais com o PNAE e apresentar as formas de atuação a serem desenvolvidas pela UFAL, bem como a descrição e a qualificação da equipe executora da proposta.

Nesse sentido, convém destacar que o corpo técnico proponente é qualificado, constituído por professores com doutorado ou mestrado, e possui experiência na elaboração e execução de projetos e atividades de formação e extensão na área de alimentação, nutrição e saúde do escolar, apresentando trajetória coerente com as proposições do FNDE, no que diz respeito à busca do fortalecimento das políticas públicas.

Além disso, a FANUT/UFAL apresenta estrutura razoável de salas de aulas laboratórios e equipamentos e conta com um programa de Pós-Graduação em Nutrição (Mestrado), dispondo, portanto, de instalações necessárias para o desenvolvimento das ações propostas.

Assim, a partir deste documento, pretende-se atender aos requisitos para a habilitação da UFAL como instituição parceira para execução de ações no âmbito da renomada política de segurança alimentar e nutricional, que é o PNAE. Os produtos propostos têm previsão para serem executados, inicialmente, no contexto dos municípios alagoanos e no período de um ano, podendo ser posteriormente renovados, substituídos, ou ampliados, a depender do cenário encontrado.

Por fim, cabe lembrar que atualmente, não há um CECANE que abranja Alagoas, um dos Estados mais pobres, detentor dos piores indicadores sociais, de saúde e de insegurança alimentar e nutricional do país.

SUMÁRIO

1 HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	4
2 FORMAS DE ATUAÇÃO A SEREM DESENVOLVIDAS.....	7
3 DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE.....	13

1 HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

Este tópico visa trazer uma síntese das atividades relacionadas às áreas de interesse prioritário e afinidades potenciais com o PNAE que foram e têm sido desenvolvidas pela FANUT/UFAL. Dentre essas atividades, têm-se aquelas que se enquadram em atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

No contexto das atividades de ensino, cabe destacar que a FANUT/UFAL aborda o conteúdo referente ao PNAE em disciplinas obrigatórias que compõem a grade curricular do curso, quais sejam: “Gestão da Qualidade na Produção de Alimentos 1”, ofertada no 6º período do Curso; “Nutrição em Saúde Pública 3” e “Gestão da Qualidade na Produção de Alimentos 3”, ofertadas no 8º período do Curso. Desse modo, o programa é visto em sua integralidade, sendo abordado todos os aspectos relativos ao seu histórico, controle social e operacionalização. Sempre que possível, há a participação de nutricionistas que atuam no PNAE, relatando sua experiência, bem como é promovida a realização de visita *in loco* dos alunos a produtores da agricultura familiar e a escolas da rede pública de ensino.

No mais, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar, em serviço, as atividades relativas à prática do nutricionista atuante no programa, por meio do “Estágio Supervisionado em Nutrição em Saúde Pública”, componente curricular do 10º período do curso. Esse estágio é realizado na Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Maceió, sob a preceptoría da nutricionista responsável técnica pelo PNAE nesse município, Anna Carla Luna.

No que concerne às atividades de extensão, pode-se destacar a realização do projeto “Colhendo bons frutos: nutrição e agroecologia”, coordenado pela Profª Drª Maria Alice Araújo Oliveira. Esse projeto é realizado em parceria com agricultores familiares de três assentamentos da reforma agrária, localizados na Zona da Mata do Estado de Alagoas, quais sejam: o assentamento Zumbi dos Palmares, situado em Branquinha; o assentamento Dom Hélder Câmara, localizado em Murici; e o assentamento Flor do Bosque, estabelecido em Messias. Trata-se de um projeto de relevância social, uma vez que, por meio de capacitações, instrui os agricultores sobre políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, como o PNAE, e, ainda, promove a comercialização dos alimentos produzidos por esses agricultores dentro da universidade. Desse modo, estimula a produção de alimentos na agricultura familiar, favorecendo o desenvolvimento socioeconômico local. Além disso, auxilia

na promoção da segurança alimentar e nutricional da comunidade da UFAL, por meio do acesso a alimentos saudáveis produzidos por agricultores familiares.

Outro projeto de extensão que merece destaque é o projeto “Cultivando a saúde e praticando o lazer na horta- promoção da alimentação adequada e saudável e do lazer a partir da implantação de horta em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI)”, coordenado pela Prof^a Dr^a Leiko Asakura. Esse projeto é realizado no CMEI Prof^a. Kyra Maria de Barros Paes, situado no Bairro Clima Bom, em Maceió e tem como objetivo promover a alimentação adequada e saudável na escola, a partir da implantação de uma horta escolar. Dentre as atividades desenvolvidas, tem-se: 1) implantação e manutenção da horta escolar; 2) uso dos produtos da horta na alimentação escolar; 3) realização de oficinas de educação alimentar e nutricional e em saúde com estudantes, pais/responsáveis e funcionários. Logo, o projeto utiliza a horta escolar como estratégia de promoção da alimentação adequada e saudável e espaço pedagógico para atividades que contribuam para socialização, crescimento e desenvolvimento cognitivo das crianças, consolidando a escola como espaço fundamental para a formação de hábitos e estilos de vida saudáveis.

Ainda no âmbito da extensão, tem-se o projeto intitulado “Alimentação nota 10: promovendo alimentação saudável e adequada nos Centros Municipais de Educação Infantil de Maceió”, que foi executado durante o período 2017 a 2019, sob a coordenação da Prof^a Dr^a Thaysa Barbosa Cavalcante Brandão. Esse projeto teve como objetivo propagar a alimentação saudável e adequada nos CMEI de Maceió, através da disseminação das boas práticas higiênico-sanitárias e nutricionais junto à comunidade escolar. Foram realizadas duas ações: 1) implantação e implementação de boas práticas higiênico-sanitárias; e 2) atividades de educação alimentar e nutricional com estudantes, educadores, manipuladores de alimentos e pais/responsáveis, com vistas à promoção de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. As ações desenvolvidas contemplaram 10 CMEI e atingiram cerca de 600 estudantes, 50 educadores, 20 manipuladores de alimentos e 150 pais.

Dentre as atividades de pesquisa, desde 2018, a Prof^a Dr^a Thaysa Barbosa Cavalcante Brandão vem desenvolvendo pesquisas de iniciação científica que têm como objeto de estudo o ambiente alimentar escolar e que visam verificar a aplicação das diretrizes propostas pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição e pelo Guia Alimentar para a População Brasileira nas escolas. Em virtude da pandemia de COVID-19, que culminou na suspensão das aulas, o projeto PIBIC do ciclo

2020/2021 está dando continuidade ao realizado no ciclo 2019/2020, analisando dados coletados em 11 escolas, entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020. Esse trabalho consiste em um estudo transversal, observacional que tem o objetivo de analisar a alimentação escolar ofertada em escolas de ensino fundamental da rede pública de Maceió. As ações propostas incluem: 1) avaliação do cumprimento do cardápio e avaliação da procedência dos alimentos consumidos na escola; 2) avaliação dos cardápios e análises das fichas técnicas de preparação; e 3) avaliação da contribuição da densidade energética e do teor de sódio oriundo dos alimentos ultraprocessados ofertados no lanche (considerando o cardápio desenvolvido no ano de 2019). Portanto, são envolvidos diferentes atores do PNAE, como gestores e cozinheiros escolares, além dos nutricionistas atuantes no programa.

Por fim, cabe falar do projeto coordenado pela Prof^a Dr^a Bruna Merten Padilha, intitulado “Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios alagoanos durante a pandemia de COVID-19”. Esse projeto foi proposto partindo-se da hipótese de que, com a suspensão das aulas presenciais da rede pública de ensino, por conta da pandemia de COVID-10, a oferta da alimentação escolar pode ter sido comprometida. Trata-se de um estudo transversal, que está sendo realizado de forma *online* com nutricionistas responsáveis técnicos da alimentação escolar dos 102 municípios de Alagoas, visando avaliar a execução do PNAE nesses municípios, durante a suspensão das aulas. Espera-se, com este estudo, identificar se o alunado teve acesso à alimentação escolar durante o período de calamidade pública provocada pela COVID-19 bem como espera-se pontuar as dificuldades encontradas pelos municípios alagoanos para a execução do PNAE nesse período.

Em síntese, percebe-se o engajamento de diferentes docentes da FANUT/UFAL em atividades relacionadas ao PNAE, evidenciando a expertise no tema. Os resultados dos projetos têm sido divulgados no meio acadêmico, seja por meio da publicação de trabalhos científicos ou da divulgação de matérias em *websites*.

2 FORMAS DE ATUAÇÃO A SEREM DESENVOLVIDAS

As formas de atuação a serem desenvolvidas estão dentre aquelas consideradas prioritárias para a colaboração, conforme item 4.3 do Edital de Convocação nº 01/2021 – CGPAE/DIRAE/FNDE, quais sejam: a) formação de gestores, conselheiros, nutricionistas, coordenadores pedagógicos, professores, agricultores familiares e outros agentes atuantes em municípios alagoanos; b) monitoramento e assessoria aos municípios alagoanos sobre a execução e prestação de contas; c) estudos e pesquisas nos municípios alagoanos; e d) apoio técnico ao FNDE.

Por meio dessas diferentes formas de atuação e considerando a convergência entre as áreas de interesse prioritário do FNDE para as parcerias, pressupõe-se que será possível explorar todas as áreas em questão, quais sejam: a) segurança alimentar e nutricional; b) educação alimentar e nutricional; c) agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural sustentável; d) integração de políticas públicas de saúde, alimentação e nutrição, agricultura, educação e segurança alimentar e nutricional; e) gestão de política pública de alimentação do escolar; f) monitoramento e avaliação da alimentação escolar; g) controle social da política pública de alimentação escolar; h) alimentação escolar para povos indígenas e comunidades quilombolas; e i) direito humano à alimentação adequada.

Logo, dentre os possíveis produtos que poderão contribuir para o aprimoramento do programa nos municípios alagoanos e que poderão ser desenvolvidos pelo CECANE em Alagoas, mediante interesse do FNDE e aprovação orçamentária, podem se destacar:

1. Capacitação de atores do PNAE atuantes nos municípios alagoanos, quanto à execução do programa em conformidade com a legislação vigente.

A realização de capacitação dos atores do PNAE se faz importante de forma contínua e permanente, haja vista a necessidade de reciclagem de conteúdos e trocas de experiências entre eles. Em um período de dúvidas e insegurança quanto à execução do programa, frente a pandemia de COVID-19, e paralelamente a publicação de nova legislação que rege o programa, qual seja, a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, que requer que as entidades executoras do PNAE se adequem às

alterações estabelecidas nesta norma, torna-se imprescindível a realização de capacitação desses atores para torná-los aptos a colocarem em prática os preceitos da legislação atual.

Além da necessidade de capacitação decorrente de novo marco legal, tem-se a necessidade de se discutirem questões relacionadas à dificuldade na aquisição de gêneros alimentícios decorrentes da agricultura familiar. Isso porque, dados do ano de 2017, disponíveis no site do FNDE¹, evidenciaram que 67,6% (n=69) dos municípios alagoanos não conseguiram se adequar a esse parâmetro mínimo exigido na legislação, o que indica que ainda existem muitas dúvidas na aplicação da lei e dificuldades para a operacionalização deste processo.

As diferenças regionais e os déficits de informação e de capacitação tanto de gestores quanto de agricultores são desafios que precisam ser superados para que a iniciativa se consolide. É importante que a gestão do programa seja feita por gestores locais capacitados e comprometidos com o potencial social do programa, democratizando e facilitando o acesso às informações aos agricultores, visando a promoção da segurança alimentar nos territórios. Desse modo, a capacitação dos gestores quanto à execução do PNAE é imprescindível para o fortalecimento da gestão pública, com adequada aplicação de recursos e promoção de estratégias intersetoriais. É preciso também estimular a profissionalização e o empreendedorismo do agricultor familiar para que ele possa atender aos municípios, sendo a capacitação um meio para isso.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) desempenha papel crucial no controle social do programa. Embora seja estabelecido na Resolução que os municípios devem realizar, em parceria com o FNDE, a formação dos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este Programa, sabe-se que a formação dos membros do CAE ainda é deficiente nos municípios alagoanos.

Outro ponto é a necessidade de formação dos coordenadores pedagógicos e dos professores, quer seja para sensibilizá-los quanto à importância da alimentação escolar e do seu estímulo aos alunos, ou para instruí-los em como inserir a educação alimentar e nutricional em suas atividades, abordando a alimentação e nutrição de forma transversal no currículo escolar.

¹ [Dados da Agricultura Familiar - Portal do FNDE](#)

Assim, percebe-se que, com a realização de capacitações por meio da implantação do CECANE-UFAL, no sentido de desenvolver orientação, estimulando a articulação entre os envolvidos com o PNAE para o exercício da intersetorialidade, visando aprimorar o processo de compra e venda de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Alagoas, os atores do PNAE nos municípios alagoanos estarão aptos a realizarem suas atividades, contribuindo para o fortalecimento dessa política no Estado.

Por fim, impende salientar que a última capacitação realizada por um CECANE para a formação de atores do PNAE no Estado de Alagoas ocorreu em 2008 sob a responsabilidade do extinto CECANE-UFPE.

2. Monitoramento e assessoria aos municípios alagoanos sobre a execução e prestação de contas do PNAE;

Dados físicos e financeiros do PNAE disponíveis no site do FNDE² retratam o crescimento do programa nos últimos anos. Desse modo, há uma maior demanda de ações de assessoria, acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa visando o seu aprimoramento, em cumprimento às legislações que o regem. Assim, o FNDE necessita de suporte para a execução dessas ações, sendo o CECANE um importante parceiro.

Sabendo que Alagoas possui um problemático panorama social e de saúde, sendo detentor do menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (0,631)³, do país, indicador que tem forte relação com as dimensões determinantes da (in)segurança alimentar e nutricional e entendendo que o PNAE, como política pública de segurança alimentar e nutricional, deve ser fortalecido, e entendendo que o fortalecimento do programa está associado ao monitoramento e assessoria aos municípios alagoanos, por meio de apoio técnico e operacional, a implantação de um CECANE no Estado consiste em uma importante medida para esse fim.

² [Dados Físicos e Financeiros do PNAE - Portal do FNDE](#)

³ [Alagoas | Cidades e Estados | IBGE](#)

3. Pesquisas nos municípios alagoanos

Diferentes pesquisas podem ser realizadas nos municípios alagoanos, frente a carência de estudos no âmbito do PNAE em Alagoas. Todavia, considera-se prioritária a investigação de questões relacionadas à agricultura familiar. Isso porque, mesmo tendo se passado mais de uma década da publicação da Lei nº 11.947/2009, que prevê que pelo menos 30% do total dos recursos repassados pelo FNDE aos estados e municípios sejam usados para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, dados relativos à aquisição desses gêneros nos anos de 2011 a 2017, disponíveis no site do FNDE⁴, evidenciaram que vários municípios alagoanos não têm conseguido se adequar a esse parâmetro mínimo exigido na legislação.

Em 2011 e em 2012, mais de 90% dos municípios alagoanos não atingiram esse parâmetro. Em 2013 e em 2014 a cifra foi equivalente, respectivamente, a 86,3% e a 75,0% dos municípios avaliados. Em 2015, por sua vez, a 72,5%. Já em 2016, foi de 61,3%. Contudo, em 2017, houve um aumento do número de municípios que não conseguiram cumprir com o mínimo preconizado, equivalendo a 67,6% dos municípios alagoanos.

Dentre os fatores associados a essa baixa aquisição, tem-se, de um lado, a complexidade da operacionalização dessa ação, haja vista que a mesma envolve diferentes setores do governo e da sociedade. De outra banda, há fatores territoriais que podem comprometer a produção local. Nesse sentido, sabe-se que em Alagoas cidades situadas no sertão podem ter dificuldades na sustentabilidade da produção de alimentos. No mais, sabe-se que território alagoano prevalece ainda a monocultura da cana-de-açúcar, limitando a produção de outros tipos de cultura de alimentos. Adicionalmente, tem-se o desconhecimento da produção da agricultura familiar, tanto em termos qualitativos (o que produz) quanto quantitativos (quanto se produz).

Especula-se que, em virtude da pandemia de COVID-19, que culminou na suspensão das atividades educacionais presenciais nas escolas da rede pública de ensino de Alagoas desde o dia 23 de março de 2020⁵, haverá uma drástica redução da

⁴ [Dados da Agricultura Familiar - Portal do FNDE](#)

⁵ Alagoas. Decreto nº 69.527, de 17 de março de 2020. Institui medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19 (Coronavírus), no âmbito da rede pública e privada de ensino do Estado de Alagoas e dá outras providências. Diário Oficial. 2020 Mar.

aquisição de alimentos da agricultura familiar em 2020 e em 2021. Pois, embora tenha sido autorizada, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica⁶, por meio da publicação da Lei Federal nº 13.987 de 7 de abril de 2020, especula-se que poucos municípios incluíram alimentos da agricultura familiar nos kits de alimentação, em virtude de sua perecibilidade.

No entanto, sabe-se que a execução adequada da lei estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades locais, promovendo a fixação do homem no campo, contribuindo, ainda, para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para a garantia do direito humano à alimentação adequada⁷. A compra de produtos da agricultura familiar possibilita ainda uma maior oferta de alimentos in natura, como frutas, legumes, verduras e tubérculos, proporcionando uma alimentação mais saudável.

Reconhecendo, então, que o apoio a agricultores familiares por meio de projetos ou ações que favoreçam sua vinculação ao PNAE, é um fator crucial para o sucesso da implementação das compras da agricultura familiar, a realização de estudos que promovam esse apoio é essencial. Logo, é preciso conhecer a realidade local, a partir do mapeamento dos agricultores familiares.

Assim, duas pesquisas poderão ser realizadas:

- Pesquisa para realizar o mapeamento de agricultores familiares, empreendedores familiares rurais ou suas organizações, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas de Alagoas.
- Pesquisa para identificar potencialidades e desafios para a aquisição de gêneros oriundos de agricultores familiares, empreendedores familiares rurais ou suas organizações, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas de Alagoas.

Dessa forma, espera-se, com os resultados obtidos nas pesquisas, identificar os agricultores familiares que podem ser fornecedores de gêneros para a alimentação

⁶ Brasil. Lei Federal nº 13.987, de 07 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília: Diário Oficial da União. 07 de abr. de 2020.

⁷ Turpin M. Alimentação escolar como fator de desenvolvimento local. *Segur Alim e Nutr* 2009;16(2):20-42.

escolar dos municípios alagoanos, estimando sua capacidade produtiva, com vistas a socializar esses dados aos municípios para fomentar sua aquisição. Espera-se também identificar potencialidades e desafios para a aquisição de gêneros oriundos de agricultores familiares.

As formas de atuação e áreas de interesse prioritário poderão ser articuladas às três linhas de colaboração previstas: ensino, pesquisa e extensão (item 4.1 do Edital de Convocação nº 01/2021), haja vista o histórico das atividades relacionadas às áreas de interesse prioritário e afinidades potenciais com o PNAE que foram e têm sido desenvolvidas pela FANUT/UFAL.

3 DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE

Coordenadora de gestão: Profª Drª Bruna Merten Padilha

Doutora em Nutrição pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição (pósNUT) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2018. Mestre em Nutrição pelo pósNUT/UFPE em 2014. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2012. Professora da Faculdade de Nutrição (FANUT) da UFAL, com atuação acadêmica na área de Nutrição em Alimentação Coletiva, desde 2014. É integrante dos seguintes grupos de pesquisa da UFAL: Alimentação e Nutrição nas Enfermidades e Comorbidades, Alimentos e Nutrição e Nutrição em Saúde Pública. Atuou como nutricionista responsável técnica pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Rio Largo/AL no período de 2012 a 2020. Tem experiência na área de alimentação, nutrição e saúde do escolar e gestão de unidades de alimentação e nutrição, com ênfase em elaboração de cardápios, fichas técnicas e manual de boas práticas de manipulação de alimentos.

Colaboradores:

Profª Drª Maria Alice Araújo Oliveira

Doutora em Nutrição pelo pósNUT da UFPE em 2005. Mestre em Nutrição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1987. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Pernambuco em 1981. Professora da FANUT/UFAL, com atuação acadêmica na área de Nutrição em Saúde Pública. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Nutrição em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança alimentar e nutricional, estado nutricional de populações, epidemiologia, anemia e vigilância epidemiológica.

Profª Drª Giovana Longo-Silva

Pós-doutorado na Universitat de Barcelona, Espanha, com enfoque no estudo da cronobiologia e crononutrição (2018-2019). Doutora (2012) e Mestre (2010) em Ciências aplicadas à Pediatria (Departamento de Pediatria/UNIFESP). Especialista em Nutrição em Saúde Pública pelo Departamento de Medicina Preventiva/UNIFESP em 2007. Graduada em Nutrição pela Universidade Anhembi Morumbi em 2005. Professora da FANUT/UFAL, desde 2013, com atuação acadêmica na área de Nutrição em Saúde

Pública. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da UFAL. Atuou como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Nutrição (Nota 3/CAPES) por 4 anos (2014-2018). Atuou como coordenadora da primeira coorte de nascimentos do estado de Alagoas (Projeto SAND, 2017). Editora do Livro Nutrição em Saúde Pública (2a. ed. 2016). Desenvolve investigações nas áreas de saúde coletiva, nutrição materno-infantil, cronobiologia do sono e crononutrição.

Profª Drª Leiko Asakura

Doutora (2005) e Mestre (2000) em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Graduação em Nutrição pela UFAL em 1988. Professora da FANUT/UFAL, com atuação acadêmica na área de Nutrição em Saúde Pública. Coordenadora do Curso de Graduação em Nutrição da FANUT/UFAL. Associada à Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em epidemiologia nutricional e vigilância alimentar e nutricional, atuando principalmente nos seguintes temas: nutrição, epidemiologia nutricional, saúde e dieta.

Profª Drª Ana Paula Grotti Clemente

Doutora e Mestre em Ciências (Endocrinologia Clínica) pela Universidade Federal de São Paulo. Graduada em Nutrição pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Professora da FANUT/UFAL, com atuação acadêmica na área de Nutrição em Saúde Pública. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Nutrição, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação nutricional de população, carências nutricionais, desnutrição, obesidade e saúde materno-infantil.

Profª Mª Gabriela Rossiter Stux Veiga

Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Nutrição pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição da UFAL (2009). Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Alagoas (2005). Graduação em Comércio Exterior pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (2003). Atuou no Centro de Recuperação e Educação Nutricional. Professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase na área de Nutrição em Alimentação Coletiva.

Profª Mª Laudilse de Moraes Souza

Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Alagoas (2002). Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Alagoas (1983). Professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Administração de Unidades de Produtoras de Refeições, atuando principalmente nos seguintes temas: legislação, adequação de conformidades, manual de boas práticas, qualificação de manipuladores de alimentos, procedimentos operacionais padronizados, produção de refeições, implantação de boas práticas e do sistema APPCC no segmento mesa

Profª Drª Thaysa Barbosa Cavalcante Brandão

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2017. Mestre em Nutrição pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2007. Graduada em Nutrição pela UFAL em 2003. Professora da Faculdade de Nutrição da UFAL, com atuação acadêmica na área de Nutrição em Alimentação Coletiva desde 2010. Tem experiência na área de segurança alimentar e nutricional e gestão de unidades de alimentação e nutrição, com ênfase em educação alimentar e nutricional, fichas técnicas, qualidade nutricional e higiênico-sanitária dos alimentos.

Edneide Pereira da Silva

Graduada em Pedagogia. Técnica em Nutrição e Dietética. Integrante do quadro de técnicos administrativos lotados na FANUT/UFAL.

Assessoria técnica: Nutricionista Anna Carla Luna

Especialista em Nutrição Pediátrica, Escolar e do Adolescente. Especialista em Administração Pública. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Alagoas. Licenciada em Ciências da Alimentação e Nutrição pela Universidade do Porto. Atua como coordenadora da alimentação escolar na Secretaria Municipal de Educação de Maceió – Alagoas. Tem experiência em Gestão Pública, com ênfase em: políticas públicas, alimentação coletiva e saúde pública, atuando principalmente nos seguintes temas: educação em saúde, alimentação e nutrição, alimentação escolar e boas práticas.

Agentes do PNAE: a selecionar. Será aberto um edital para seleção dos agentes do PNAE que irão compor a equipe do CECANE.